



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

16/01/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. SERVIDORES.....	1 - 2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	3 - 4
2.2. JUÍZES.....	5 - 6
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. JUÍZES.....	7 - 8
3.2. SERVIDORES.....	9
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	10
4.2. DECISÕES.....	11
4.3. JUÍZES.....	12
4.4. SERVIDORES.....	13 - 14
4.5. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	15 - 16
5. JORNAL EXTRA	
5.1. VARAS CRIMINAIS.....	17
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. AÇÕES TJMA.....	18
6.2. SERVIDORES.....	19
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. AÇÕES TJMA.....	20
7.2. CNJ.....	21
7.3. EXECUÇÕES PENAS.....	22
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. AÇÕES TJMA.....	23
8.2. SERVIDORES.....	24
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. DESEMBARGADORES.....	25
9.2. JUÍZES.....	26 - 28
9.3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	29

Pág. 2

Judiciário mantém calendário de pagamento de servidores em 2013

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai manter, em 2013, o calendário de pagamento de servidores do Poder Judiciário, que desde o início da gestão do presidente Guerreiro Júnior vêm recebendo seus salários sempre na penúltima semana de cada mês.

Judiciário mantém calendário de pagamento de servidores em 2013

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai manter, em 2013, o calendário de pagamento de servidores do Poder Judiciário, que desde o início da gestão do presidente Guerreiro Júnior vêm recebendo seus salários sempre na penúltima semana de cada mês.

“Nosso objetivo é valorizar os servidores do Poder Judiciário, que podem cumprir, sem atropelos, seus compromissos financeiros”, diz Guerreiro Júnior, que ao adotar a medida eliminou a aplicação dos recursos do Tribunal de Justiça no mercado financeiro.

A manutenção da periodicidade é possível porque o repasse de recursos orçamentários da Secretaria de Planejamento ao Judiciário ocorre sempre no dia 20 de cada mês.

**Portal da Transparência do Judiciário
traz informações em tempo real**

PÁGINA 3

Portal da Transparência do Judiciário traz informações em tempo real

O Portal da Transparência do Poder Judiciário do Maranhão traz a sociedade informações em tempo real de todas as transações orçamentárias e financeiras. A principal inovação é a divulgação mensal da folha de pagamento de pessoal detalhada, que vem sendo feita pela Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça desde 2012.

Todo servidor público que recebe quaisquer vantagens pecuniárias à custa do orçamento do Judiciário tem seu nome divulgado com a respectiva quantia recebida. A novidade atende à Lei de Acesso à Informação, que passou a vigorar em maio deste ano.

"Os bons resultados do projeto e seus reflexos na transparência financeira e na economia do Judiciário maranhense

se proporcionaram a participação do Tribunal de Justiça do Maranhão no prêmio Inovare, criado para identificar, premiar e divulgar práticas inovadoras no Judiciário brasileiro", ressalta o presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

RESPONSABILIDADE FISCAL - O aperfeiçoamento do trabalho da Diretoria Financeira do TJMA prosseguiu com a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do 1º e 2º quadrimestre do ano, exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro do prazo pré-estabelecido; o acompanhamento dos lançamentos contábeis e das conciliações bancárias; controle da execução orçamentária e financeira; pagamento de todos os fornecedores dentro dos prazos contratuais e

lançamento de nova edição do Manual de Adiantamento.

O intenso e constante trabalho de aperfeiçoamento e automação das atividades do setor pode ser medido também com o encaminhamento de proposta de alteração ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2012, que regulamenta o orçamento para 2013, prevenindo alterações que assegurem o efetivo exercício da autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, prevista na Constituição estadual.

Justiça interdita delegacia de Miranda do Norte

A juíza Samira Barros Heluy, titular da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, editou uma Portaria, na última quinta-feira (10), na qual determinou a interdição imediata das celas da Delegacia de Polícia Civil de Miranda do Norte, Termo Judiciário da Comarca de Itapecuru.

PÁGINA 3

Justiça interdita delegacia do município de Miranda do Norte

A juíza Samira Barros Heluy, titular da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, editou uma Portaria, na última quinta-feira (10), na qual determinou a interdição imediata das celas da Delegacia de Polícia Civil de Miranda do Norte, Termo Judiciário da Comarca de Itapecuru. A interdição serve, inclusive, para os procedimentos necessários de lavratura da prisão em flagrante e vai perdurar até que sejam feitas as adaptações necessárias.

Além da interdição, a magistrada fixou o prazo de 24 horas, a contar da data da notificação, para que a Secretaria de Estado da Segurança Pública proceda à transferência dos presos que se encontram recolhidos na citada delegacia para outra unidade prisional.

Para decretar a interdição, a juíza levou em consideração diversos itens, entre os quais o fato de que as quatro celas da Delegacia de Polícia Civil de Miranda do Norte abrigam cidadãos em local insalubre, não apresentando qualquer condição para a saudável sobrevivência humana. O documento frisa alguns aspectos da cela na qual fica a maioria dos presos, situada no fundo do quintal da delegacia, em área com aglomeração de urubus. Esses fatos foram constatados após a inspeção judicial realizada pela magistrada.

Ela descreveu, na Portaria, que a escuridão prejudica, por parte dos visitantes, a visualização da área interna do cárcere e dos próprios

presos; a quantidade de lixo acumulado; bem como o forte e desagradável odor, principalmente de fezes e urina.

Ainda durante a inspeção, foram observados outros pontos negativos, como o excesso de calor, provocado pela inexistência de entrada de ar natural e artificial; a acomodação de presos diretamente no chão molhado e sujo, diante da inexistência de redes e colchões; a ausência de fornecimento de água potável, limitando-se o Governo do Estado do Maranhão a fornecer água de torneira imprópria para o consumo humano.

"(...) A água que serve aos presos, armazenada em reservatório destampado, exposto ao ar livre que, com frequência, ainda deixa de ser

reabastecido, agravando a falta de higiene dos presos e facilitando a proliferação de doenças (...)", frisa a juíza.

Para concluir, Samira Heluy cita a ausência de fornecimento de alimentação adequada; a falta de segurança no local, colocando em risco os profissionais que ali prestam serviço e toda a comunidade, principalmente da vizinhança; e ainda a falta de assistência médica e odontológica, incluindo fornecimento de medicação.

A juíza destaca, no documento, o descaso histórico com o sistema carcerário que deflagra a deformação de caráter, além de evasão em massa, rebelião e atos de violência nas unidades prisionais, em gravame da segurança pública.

POLÍCIA**DELEGACIA DE MIRANDA DO NORTE É
INTERDITADA PELA JUSTIÇA DO MA**

A juíza Samira Barros Heluy, titular da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, editou uma Portaria, na última quinta-feira (10), na qual determinou a interdição imediata das celas da Delegacia de Polícia Civil de Miranda do Norte, Termo Judiciário da Comarca de Itapecuru. **PAG. 08**

Delegacia de Miranda do Norte é interditada pela justiça do MA

A juíza Samira Barros Heluy, titular da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, editou uma Portaria, na última quinta-feira (10), na qual determinou a interdição imediata das celas da Delegacia de Polícia Civil de Miranda do Norte, Termo Judiciário da Comarca de Itapecuru. A interdição serve, inclusive, para os procedimentos necessários de lavratura da prisão em flagrante e vai perdurar até que sejam feitas as adaptações necessárias.

Além da interdição, a magistrada fixou o prazo de 24 horas, a contar da data da notificação, para que a Secretaria de Estado da Segurança Pública proceda à transferência dos presos que se encontram recolhidos na citada delegacia para outra unidade prisional.

Para decretar a interdição, a juíza levou em consideração diversos itens, entre os quais o fato de que as quatro celas da Delegacia de Polícia Civil de Miranda do Norte abrigam cidadãos em local insalubre, não apresentando qualquer condição para a saudável sobrevivência humana. O documento frisa alguns aspectos da cela na qual fica a maioria dos presos, situada no fundo do quintal da delegacia, em área com aglomeração de urubus. Esses fatos foram constatados após a inspeção judicial realizada pela magistrada.

Ela descreveu, na Portaria, que a escuridão prejudica, por parte dos visitantes, a visualização da área interna do cárcere e dos próprios presos; a quan-



Delegacia encontra-se em estado lastimável

tidade de lixo acumulado; bem como o forte e desagradável odor, principalmente de fezes e urina.

Ainda durante a inspeção, foram observados outros pontos negativos, como o excesso de calor, provocado pela inexistência de entrada de ar natural e artificial; a acomodação de presos diretamente no chão molhado e sujo, diante da inexistência de redes e colchões; a ausência de fornecimento de água potável, limitando-se o Governo do Estado do

Maranhão a fornecer água de torneira imprópria para o consumo humano

"(...) A água que serve aos presos, armazenada em reservatório destampado, exposto ao ar livre que, com frequência, ainda deixa de ser reabastecido, agravando a falta de higiene dos presos e facilitando a proliferação de doenças (...)", frisa a juíza.

Para concluir, Samira Heluy cita a ausência de fornecimento de alimentação adequada; a falta de segurança no local,

colocando em risco os profissionais que ali prestam serviço e toda a comunidade, principalmente da vizinhança; e ainda a falta de assistência médica e odontológica, incluindo fornecimento de medicação.

A juíza destaca, no documento, o descaso histórico com o sistema carcerário que deflagra a deformação de caráter, além de evasão em massa, rebelião e atos de violência nas unidades prisionais, em grava-me da segurança pública.

VALORIZANDO SERVIDORES

Judiciário mantém calendário de pagamento de servidores em 2013

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai manter, em 2013, o calendário de pagamento de servidores do Poder Judiciário, que desde o início da gestão do presidente Guerreiro Júnior vêm recebendo seus salários sempre na penúltima semana de cada mês.

"Nosso objetivo é valorizar os servidores do Poder Judiciário, que podem cumprir, sem atro-

pelos, seus compromissos financeiros", diz Guerreiro Júnior, que ao adotar a medida eliminou a aplicação dos recursos do Tribunal de Justiça no mercado financeiro.

A manutenção da periodicidade é possível porque o repasse de recursos orçamentários da Secretaria de Planejamento ao Judiciário ocorre sempre no dia 20 de cada mês.

Portal do TJMA tem informações em tempo real

Diversas consultas podem ser feitas pela sociedade, tais como de transações orçamentárias e financeiras do tribunal

O Portal da Transparência do Poder Judiciário do Maranhão está oferecendo à sociedade informações em tempo real de todas as transações orçamentárias e financeiras. A principal inovação é a divulgação mensal da folha de pagamento de pessoal detalhada, que vem sendo feita pela Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça desde 2012.

Todo servidor público que recebe quaisquer vantagens pecuniárias à custa do orçamento do Judiciário tem seu nome divulgado com a respectiva quantia recebida. A novidade atende à Lei de Acesso à Informação, que passou a vigorar em maio deste ano.

"Os bons resultados do projeto e seus reflexos na transparência financeira e na economicidade do Judiciário maranhense proporcionaram a participação do Tribunal de Justiça do Maranhão no prêmio Innovare, criado para identificar, premiar e divulgar práticas inovadoras no Judiciário brasileiro", afirmou o presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Responsabilidade fiscal - O aperfeiçoamento do trabalho da Diretoria Financeira do TJMA prosseguiu com a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do 1º e 2º quadrimestre do ano, exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro do prazo pré-estabelecido, além do acompanhamento dos lançamentos contábeis e das conciliações bancárias; controle da execução orçamentária e financeira; pagamento de todos os for-

necedores dentro dos prazos contratuais e lançamento de nova edição do Manual de Adiantamento.

O trabalho de aperfeiçoamento e automação das atividades do setor pode ser avaliado também com o encaminhamento de proposta de alteração ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2012, que regulamenta o orçamento para 2013, prevendo alterações que assegurem o efetivo exercício da autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, prevista na Constituição estadual.

"É uma iniciativa pioneira entre os Poderes do Estado, que busca proporcionar maior dinamismo no planejamento e execução orçamentária", salienta Luis Carlos Calvet, diretor financeiro do TJMA.

Controle - Calvet destaca também o trabalho da Coordenadoria de Finanças, responsável por inúmeras iniciativas, como planejamento e coordenação das atividades relacionadas ao pagamento dos fornecedores do TJMA e o controle e processamento dos empenhos das despesas do Judiciário em todas as unidades gestoras. O setor operou um montante de 7.580 processos, no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2012.

A Coordenadoria de Contabilidade, por sua vez, foi responsável, entre outras atividades, pelo controle e análise dos processos de liberação do cartão corporativo, totalizando 807 processos liberados, dos quais 71% já tiveram as prestações de contas aprovadas.

Impedimento

O desembargador Kleber Costa Carvalho, da 1ª Câmara Cível do TJ, indeferiu agravo de instrumento impetrado pela Caema.

Com a medida, manteve decisão de primeiro grau que impedia a companhia de efetivar a segunda parcela de reajuste da tarifa de água.

A Caema pode recorrer da decisão ou cumpri-la enquanto aguarda o julgamento do mérito, pelo Pleno do TJ.



Carceragem da delegacia de Miranda do Norte, interditada pela Justiça

Interditadas celas de delegacia em Miranda do Norte

Juíza Samira Barros Heluy, da Comarca de Itapecuru-Mirim, edita portaria pedindo adaptações na unidade prisional

A juíza Samira Barros Heluy, titular da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, editou Portaria na quinta-feira (10), na qual determinou a interdição imediata das celas da delegacia de Polícia Civil de Miranda do Norte. A interdição serve, inclusive, para os procedimentos necessários de lavratura da prisão em flagrante e vai perdurar até que sejam feitas as adaptações necessárias. Além da interdição, a magistrada fixou o prazo de 24 horas, a contar da data da notificação, para que a Secretaria de Estado da Segurança Pública procedesse à transferência dos presos que se encontram recolhidos na delegacia para outra unidade prisional.

Para decretar a interdição, a juíza levou em consideração diversos itens, entre os quais o fato de as quatro celas da delegacia abrigar cidadãos em local insalubre, não apresentando qualquer condição para a saudável sobrevivência humana. O documento frisa alguns aspectos da cela na qual fica a maioria dos presos, situada no fundo do quintal da delegacia, em área com aglomeração de urubus. Esses fatos foram constatados após a inspeção judicial realizada pe-

la magistrada.

Ela descreveu, na portaria, que a escuridão prejudica, por parte dos visitantes, a visualização da área interna do cárcere e dos próprios presos; a quantidade de lixo acumulado; bem como o forte e desagradável odor, principalmente de fezes e urina.

Calor - Ainda durante a inspeção, foram observados outros pontos negativos, como o excesso de calor, provocado pela inexistência de entrada de ar natural e artificial; a acomodação de presos diretamente no chão molhado e sujo, diante da inexistência de redes ou colchões; a ausência de fornecimento de água potável, limitando-se ao fornecimento por meio de torneira imprópria para o consumo.

Para concluir, Samira Heluy cita a ausência de fornecimento de alimentação adequada; a falta de segurança no local, colocando em risco os profissionais que ali prestam serviço e toda a comunidade, principalmente da vizinhança, e ainda a falta de assistência médica e odontológica, incluindo fornecimento de medicação. A juíza destaca, no documento, o descaso histórico com o sistema carcerário

Estado Maior

Câmara de SL poderá realizar concurso público

A Câmara Municipal poderá realizar concurso público para normalizar o seu quadro de funcionários. Essa é uma das recomendações do novo controlador-geral da Casa, Paulo Helder, ao presidente Isaías Pereirinha. Metade dos servidores da Câmara é serviço prestado. **Política 3**

Concurso e vespeiro

Se depender do seu novo controlador-geral, advogado Paulo Helder, a Câmara Municipal de São Luís terá até o fim do ano um quadro funcional novo em folha. Isso porque no pacote de recomendações administrativas que fez ao presidente Isaías Pereirinha (PSL) está a realização de concurso público, de modo a assegurar ao Poder Legislativo da capital um quadro estável de servidores.

De acordo com o controlador, o quadro atual de servidores da Câmara é irregular. São cerca de mil servidores, dos quais 300 são efetivos, 200 ocupam cargos comissionados e aproximadamente 500 são contratados por "serviço prestado", ou seja, nenhuma estabilidade.

O concurso sugerido pelo novo controlador-geral da Câmara Municipal - que será realizado no bojo de uma reforma administrativa - normalizará o quadro de servidores da Casa, que nunca realizou um concurso público e, na visão até de vereadores, não pode continuar com metade do seu corpo funcional em situação precária como é o caso dos "serviços prestados".

- Temos uma folha muito extensa. Acredito que o presidente Pereirinha irá acatar nossa recomendação. É bom para ele deixar sua marca com um concurso público, já que a Casa nunca realizou - afirmou.

Helder está auxiliando a procuradoria da Casa a finalizar o Plano de Cargos e Carreiras da Câmara. O Plano vai atingir o quadro de efetivos, que no caso da Câmara é formado apenas por servidores que entraram na administração antes de 1988.

Tanto o controlador quanto o presidente da Câmara sabem que vão mexer com um vespeiro, a exemplo do que aconteceu no Tribunal de Justiça, na década passada. Mas estão certos de que esse é o melhor caminho para normalizar a vida funcional do parlamento municipal.

MCI ganha aliados para transformar prédio da Caema

Segmentos da sociedade de Imperatriz reivindicam imóvel, que está abandonado, para ser instalado um centro cultural

IMPERATRIZ - O Movimento Cultural de Imperatriz (MCI) ganhou novos aliados para reivindicar ao Governo do Estado, por intermédio da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), o prédio da estação de tratamento de água, abandonado há cerca de 20 anos.

Desde então, o prédio com ampla área externa ficou entregue à população de rua, desocupados e marginais, que o utilizam para tráfico e uso de drogas, além de prostituição, pois também funciona como uma espécie de motel. Em face a essa situação, os moradores convivem com o medo e a violência.

O MCI, de acordo com o seu idealizador, o promotor da Vara da Infância e da Juventude, João Marcelo Trovão, procurou, desde sua fundação, buscar parcerias com outras entidades para colocar em prática suas ações. Recebeu, inicialmente, o aval da Academia Imperatrizense de Letras (AIL) e da Associação Artística de Imperatriz (Assarti).

Em seguida, o MCI recebeu a parceria da Fundação Cultural de Imperatriz (FCI), por intermédio de seu presidente, o ativista cultural Antonio Lucena Filho. Ele colocou a estrutura do órgão a serviço do movimento, por entender a importância social e cultural da nova entidade.

Foi então que o vice-presidente da AIL, Agostinho Noletto, sugeriu que o Centro Cultural, idealizado pelo promotor, fosse instalado no prédio da Caema, caso o Governo do Estado reconstruísse o prédio e instalas-

Mais

O evento (exibição do filme *S.O.S. Bairro Caema*) contará com presenças dos líderes do Movimento Cultural de Imperatriz, do presidente da Fundação Cultural de Imperatriz, Lucena Filho, e da classe artística e intelectual de São Luís. Zeca Tocantins está coordenando o projeto na capital.

se escola de música, sala de cinema e oficinas de teatro, artes plásticas e outras no prédio.

O MCI, em parceria com a FCI, produziu o filme *S.O.S. Bairro Caema*, que foi exibido, inicialmente, no Teatro Ferreira Gullar e logo em seguida no bairro Caema. Dessa feita, na presença da população e do prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira.

Crescimento - Desde então, o prefeito abraçou a causa, se colocando também à disposição dos líderes do MCI nos contatos com a governadora Roseana Sarney. Em face ao alcance do projeto cultural e, principalmente, social, o juiz da Vara da Infância e da Juventude, Delvan Tavares Oliveira, também concordou com o movimento.

Com o objetivo de estadualizar o MCI, líderes estão levando o filme para ser exibido na capital do estado, São Luís, visando angariar mais aliados para o movimento. De acordo com o cantador Zeca Tocantins, o filme será exibido em uma das salas do Laborarte, dia 19.

Inspeção

IMPERATRIZ - O juiz titular da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz, Delvan Tavares Oliveira, inspecionou um domicílio na Vila Cafeteira, após denúncia de negligência e maus-tratos contra seis crianças. Ao chegar à residência, o juiz entrevistou o dono da casa e pediu para conhecer o local. Ele constatou que havia roupas espalhadas, colchões sujos e mau cheiro no ambiente. Além disso, as crianças estavam sujas e descalças. O pai aparentava embriaguês alcoólica. Após averiguar as irregularidades, o juiz recomendou que melhorasse as condições higiênicas da casa e se comprometeu em viabilizar a doação de cama e colchão.

“Tive o cuidado de vistoriar a casa e não somente mandar psicóloga e assistente social. Talvez, se eu não fosse lá, não teria a convicção necessária para a minha próxima decisão”

Delvan Tavares,
juiz de Imperatriz



Polícia Civil cumpre mandado de prisão em Timon

Uma ação conjunta realizada por policiais civis lotados nas Delegacias de Homicídios, Especializada da Mulher e 3º Distrito Policial em Timon, prenderam, na tarde desta terça-feira (15), Iblan Rodrigues de Sousa, o 'Carioca ou Alisson', 39 anos. A ação se deu em cumprimento de um mandado de prisão. Segundo informações policiais, a prisão ocorreu quando o homem estava na Agência do Banco do Brasil.

Na ocasião, ele foi comunicado do cumprimento do mandado de prisão preventiva, expedido pela juíza Maria da Paz e Silva Miranda, da Vara Criminal da Comarca de Demerval Lobão, do Estado do Piauí. Segundo a Polícia, Iblan Rodrigues que é natu-

ral de Timon já era procurado pela autoridade local mediante informações repassadas desde novembro de 2012, pela polícia de Demerval Lobão, de que ele é suspeito de integrar uma *quadilha* que assaltou o Armazém Paraíba daquela cidade.

Naquela ação, os acusados que estavam fortemente armados, subtraíram da empresa, *tablets*, notebooks e aparelhos celulares.

Em oitiva prestada nas dependências do 3º DP, ao delegado de Polícia Civil, Michel Sampaio, o preso informou que somente tinha ficado responsável pelo transporte dos membros do bando, que não tinha conhecimento das ações criminosas do grupo.

INOVAÇÃO

Portal da Transparência do Judiciário traz informações em tempo real

O Portal da Transparência do Poder Judiciário do Maranhão traz a sociedade informações em tempo real de todas as transações orçamentárias e financeiras. A

A principal inovação é a divulgação mensal da folha de pagamento de pessoal detalhada, que vem sendo feita pela Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça desde 2012.

Todo servidor público que recebe quaisquer vantagens pecuniárias à custa do orçamento do Judiciário tem seu nome divulgado com a respectiva quantia recebida. A novidade atende à Lei de Acesso à Informação, que passou a vigorar em maio deste ano.

"Os bons resultados do projeto e seus reflexos na transparência financeira e na economicidade do Judiciário maranhense proporcionaram a participação do Tribunal de Justiça do Maranhão no prêmio Innovare, criado para identificar, premiar e divulgar práticas inovadoras no Judiciário brasileiro", ressalta o presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

RESPONSABILIDADE FISCAL - O aperfeiçoamento do trabalho da Diretoria Financeira do TJMA pros-

seguir com a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do 1º e 2º quadrimestre do ano, exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro do prazo pré-estabelecido; o acompanhamento dos lançamentos contábeis e das conciliações bancárias; controle da execução orçamentária e financeira; pagamento de todos os fornecedores dentro dos prazos contratuais e lançamento de nova edição do Manual de Adiantamento.

O intenso e constante trabalho de aperfeiçoamento e automação das atividades do setor pode ser medido também com o encaminhamento de proposta de alteração ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2012, que regulamenta o orçamento para 2013, prevendo alterações que assegurem o efetivo exercício da autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, prevista na Constituição estadual.

"É uma iniciativa pioneira entre os poderes do Estado que busca proporcionar maior dinamismo no planejamento e execução orçamentária", salienta Luis, Luis Carlos Calvet, diretor financeiro do TJMA.

CONTROLE - Calvet

destaca também o trabalho da Coordenadoria de Finanças, responsável por inúmeras iniciativas, como planejamento e coordenação das atividades relacionadas ao pagamento dos fornecedores do TJMA e o controle e processamento dos empenhos das despesas do Judiciário em todas as unidades gestoras. O setor operou um montante de 7.580 processos, no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2012.

A Coordenadoria de Contabilidade, por sua vez, foi responsável, entre outras atividades, pelo controle e análise dos processos de liberação do cartão corporativo, totalizando 807 processos liberados, dos quais 71% já tiveram as prestações de contas aprovadas.

Foram ministradas duas turmas do Curso sobre Prestação de Contas do Cartão Corporativo no âmbito do Poder Judiciário, na ES-MAM, com capacitação de 70 usuários do cartão.

EM DIA

TJMA mantém calendário de pagamento de servidores em 2013

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai manter, em 2013, o calendário de pagamento de servidores do Poder Judiciário, que desde o início da gestão do presidente Guerreiro Júnior vem recebendo seus salários sempre na penúltima semana de cada mês.

"Nosso objetivo é valorizar os servidores do Poder Judiciário, que podem cum-

prir, sem atropelos, seus compromissos financeiros", diz Guerreiro Júnior, que ao adotar a medida eliminou a aplicação dos recursos do Tribunal de Justiça no mercado financeiro.

A manutenção da periodicidade é possível porque o repasse de recursos orçamentários da Secretaria de Planejamento ao Judiciário ocorre sempre no dia 20 de cada mês.

3 O Portal da Transparência do Poder Judiciário do Maranhão está recheado de informações em tempo real das transações orçamentárias e financeiras. A principal inovação é a divulgação mensal da folha de pagamento de pessoal detalhada, posta na Internet pela Diretoria Financeira do TJ desde 2012. É pagar e divulgar o nome de quem recebe.

■ **Gervásio Santos Jr**

@gervasiojr

O CNJ vai contratar uma consultoria para analisar e fazer um diagnóstico dos setores de orçamento e recursos humanos dos Tribunais d Justiça.

PLANO

Direito à educação em unidades prisionais

Para atender ao Plano Estadual de Educação nas Prisões, demanda dos ministérios da Educação e de Justiça que tem o objetivo de garantir educação de qualidade aos detentos, gestores das secretarias de Estado de Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) e Educação (Seduc) discutiram, na última sexta-feira, a implantação de escolas nas unidades prisionais do Maranhão.

60

*vagas devem ser abertas
para o ensino superior*

24

*pedagogos serão
contratados para execução
do plano*

Na ocasião, foram levantados pontos importantes para viabilizar as ações no âmbito da educação em presídios do Maranhão este ano, entre os quais o aparelhamento das escolas nos estabelecimentos penais.

A coordenadora de Educação nas Prisões da Seduc, Silvana Lima, falou das providências para o aparelhamento das escolas, o que inclui aquisição de mobiliário. Além disso, foi levantada a questão da contratação de professores e ampliação das escolas localizadas dentro do sistema prisional maranhense.

Educação

O Plano atende ao direito à educação dentro das prisões, preconizado nas legislações vigentes, possibilitando a ressocialização e direito a cidades aos apenados. No Maranhão, atualmente, o sistema penitenciário é composto por 24 estabelecimentos penais, atendendo a mais 4 mil apenados.

O plano prevê abertura de 60 vagas para o ensino superior na modalidade de educação à distância, construção de 23 salas de aula, con-

tração de 281 professores, realização de concurso público para 127 agentes penitenciários, contratação de 24 pedagogos, 5 psicólogos e 11 bibliotecários e ainda a implantação de 11 espaços de leitura, onde serão desenvolvidos projetos de leitura que além de contribuir para a formação de leitores, reduzirá a pena por meio do estudo prevista na Lei 12.433, de 29 de junho de 2011, que altera a Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal).

Presentes na reunião, o secretário Estado de Justiça e da Administração Penitenciária Sérgio Tamer; a adjunta de Projetos Especiais da Seduc, Conceição Andrade; a subsecretária da Sejap, Leopoldina Amélia Barros; entre outros técnicos das duas pastas.



SECOM/DIVULGAÇÃO

O secretário Sérgio Tamer, Conceição Andrade e a subsecretária Leopoldina Amélia Barros participaram da reunião

Maranhão

Portal da Transparência do Judiciário traz informações em tempo real



Guerreiro Júnior aponta
os bons resultados
do trabalho da
Diretoria Financeira

O Portal da Transparência do Poder Judiciário do Maranhão traz a sociedade informações em tempo real de todas as transações orçamentárias e financeiras.

A principal inovação é a divulgação mensal da folha de pagamento de pessoal detalhada, que vem sendo feita pela Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça desde 2012.

Todo servidor público que recebe quaisquer vantagens pecuniárias à custa do orçamento do Judiciário tem seu nome divulgado com a respectiva quantia recebida. A novidade atende à Lei de Acesso à Informação, que passou a vigorar em maio deste ano.

“Os bons resultados do projeto e seus reflexos na transparência financeira e na economicidade do Judiciário maranhense proporcionaram a participação do Tribunal de Justiça do Maranhão no prêmio Innovare, criado para identificar, premiar e divulgar práticas inovadoras no Judiciário brasileiro”, ressalta o presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

RESPONSABILIDADE

FISCAL - O aperfeiçoamento do trabalho da Diretoria Financeira do TJMA prosseguiu com a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do 1º e 2º quadrimestre do ano, exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro do prazo pré-estabelecido; o acompanhamento dos lançamentos contábeis e das conciliações bancárias; controle da execução orçamentária e financeira; pagamento de todos os fornecedores dentro dos prazos contratuais e lançamento de nova edição do Manual de Adiantamento.

O intenso e constante trabalho de aperfeiçoamento e automação das atividades do setor pode ser medido também com o encaminhamento de proposta de alteração ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2012, que regulamenta o orçamento para 2013, prevenindo alterações que assegurem o efetivo exercício da autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, prevista na Constituição

estadual.

“É uma iniciativa pioneira entre os poderes do Estado que busca proporcionar maior dinamismo no planejamento e execução orçamentária”, salienta Luis Carlos Calvet, diretor financeiro do TJMA.

CONTROLE – Calvet destaca também o trabalho da Coordenadoria de Finanças, responsável por inúmeras iniciativas, como planejamento e coordenação das atividades relacionadas ao pagamento dos fornecedores do TJMA e o controle e processamento dos empenhos das despesas do Judiciário em todas as unidades gestoras. O setor operou um montante de 7.580 processos, no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2012.

A Coordenadoria de Contabilidade, por sua vez, foi responsável, entre outras atividades, pelo controle e análise dos processos de liberação do cartão corporativo, totalizando 807 processos liberados, dos quais 71% já tiveram as prestações de contas aprovadas.

Foram ministradas duas turmas do Curso sobre Prestação de Contas do Cartão Corporativo no âmbito do Poder Judiciário, na ES-MAM, com capacitação de 70 usuários do cartão.

TJ

Judiciário mantém calendário de pagamento de servidores em 2013

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai manter, em 2013, o calendário de pagamento de servidores do Poder Judiciário, que desde o início da gestão do presidente Guerreiro Júnior vêm recebendo seus salários sempre na penúltima semana de cada mês.

“Nosso objetivo é valorizar os servidores do Poder Judiciário, que podem cumprir, sem atropel-

os, seus compromissos financeiros”, diz Guerreiro Júnior, que ao adotar a medida eliminou a aplicação dos recursos do Tribunal de Justiça no mercado financeiro.

A manutenção da periodicidade é possível porque o repasse de recursos orçamentários da Secretaria de Planejamento ao Judiciário ocorre sempre no dia 20 de cada mês.

■ Briga de foice

Advogados interessados em chegar ao Tribunal de Justiça por meio do quinto constitucional, travam uma dura briga nos bastidores do judiciário pela indicação do cargo de desembargador que caberá à OAB/MA indicar.

Nas estratégias para compor o pleno do Tribunal de Justiça, segundo apurou a coluna junto a um dos pretendentes, está valendo até ameaça para afastar concorrentes do páreo.

A entrevista com os candidatos, que deveria acontecer dia 27 de novembro de 2012, foi adiada por tempo indeterminado, mas segundo comentam nos bastidores da OAB, deverá ser realizada ainda este mês.

Justiça interdita delegacia da cidade de Miranda do Norte

A juíza Samira Barros Heluy, titular da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, editou Portaria na quinta-feira (10), na qual determinou a interdição imediata das celas da delegacia de Polícia Civil de Miranda do Norte.

A interdição serve, inclusive, para os procedimentos necessários de lavratura da prisão em flagrante e vai perdurar até que sejam feitas as adaptações necessárias.

PÁGINA 12

DIVULGAÇÃO



Estrutura da delegacia de polícia está imprópria para receber presos

Justiça interdita delegacia da cidade de Miranda do Norte

DIVULGAÇÃO

A juíza Samira Barros Heluy, titular da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, editou uma Portaria, na última quinta-feira (10), na qual determinou a interdição imediata das celas da Delegacia de Polícia Civil de Miranda do Norte, Termo Judiciário da Comarca de Itapecuru. A interdição serve, inclusive, para os procedimentos necessários de lavratura da prisão em flagrante e vai perdurar até que sejam feitas as adaptações necessárias.

Além da interdição, a magistrada fixou o prazo de 24 horas, a contar da data da notificação, para que a Secretaria de Estado da Segurança Pública proceda à transferência dos presos que se encontram recolhidos na citada delegacia para outra unidade prisional.

Para decretar a interdição, a juíza levou em consideração diversos itens, entre os quais o fato de que as quatro celas da Delegacia de Polícia Civil de Miranda do Norte abrigam cidadãos em local insalubre, não apresentando qualquer condição para a saudável sobrevivência humana. O documento frisa alguns aspectos da cela na qual fica a maioria dos presos, situada no fundo do quintal da delegacia, em área com aglomeração de urubus. Esses fatos foram constatados após a inspeção judicial realizada pela magistrada.

Ela descreveu, na Portaria, que a escuridão prejudica, por parte dos visitantes, a visualização da área interna do cárcere e dos próprios presos; a quantidade de lixo acumulado; bem como o forte e desagradável odor, princi-



Estrutura da delegacia está imprópria para receber presos

palmente de fezes e urina.

Ainda durante a inspeção, foram observados outros pontos negativos, como o excesso de calor, provocado pela inexistência de entrada de ar natural e artificial; a acomodação de presos diretamente no chão molhado e sujo, diante da inexistência de redes e colchões; a ausência de fornecimento de água potável, limitando-se o governo do Estado do Maranhão a fornecer água de torneira imprópria para o consumo humano.

“A água que serve aos presos, armazenada em reservatório destampado, exposto ao ar livre que, com frequência, ainda deixa de ser reabastecido, agravando a falta de higiene dos presos e

facilitando a proliferação de doenças”, frisou a juíza.

Para concluir, Samira Heluy citou a ausência de fornecimento de alimentação adequada; a falta de segurança no local, colocando em risco os profissionais que ali prestam serviço e toda a comunidade, principalmente da vizinhança; e ainda a falta de assistência médica e odontológica, incluindo fornecimento de medicação.

A juíza destacou, no documento, o descaso histórico com o sistema carcerário que deflagra a deformação de caráter, além de evasão em massa, rebelião e atos de violência nas unidades prisionais, em gravame da segurança pública.

■ Interdição

Por total falta de salubridade, a juíza Samira Barros Heluy, titular da 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, determinou a interdição imediata das celas da Delegacia de Polícia Civil de Miranda do Norte. A interdição serve, inclusive, para os procedimentos necessários de lavratura da prisão em flagrante e vai perdurar até que sejam feitas as adaptações necessárias.

Além da interdição, a magistrada fixou o prazo de 24 horas, a contar da data da notificação, para que a Secretaria de Estado da Segurança Pública proceda à transferência dos presos que se encontram recolhidos na delegacia do município para outra unidade prisional.

A interdição foi decretada pela juíza após a constatação de que as quatro celas da Delegacia não possuem condições de abrigar presos em decorrência da insalubre no local. O quintal da delegacia, por exemplo, está infestado de urubus.

Gerenciamento eletrônico facilita movimentação processual

A Diretoria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado movimentou 498.692 processos em 2012, cuja tramitação foi acompanhada pelas partes por meio do sistema de Gerenciamento Eletrônico de Processos da Justiça de 2º Grau (Themis SG).

Segundo ela, o benefício das mudanças dá a certeza de que o processo está em andamento tanto na parte física, quanto no sistema. “Isso proporciona uma segurança fundamental para o processo e a transparência dos procedimentos”, ressalta.

Uma das medidas adotadas para tornar as rotinas mais ágeis e ampliar o acesso das partes foi a implantação do “Protocolo de Carga”, conforme determina a Lei 11969/09. Na prática, o TJ-MA disponibilizou – nas secretarias e coordenações – protocolos para que os advogados possam retirar os processos ainda sem instrução pelo período de uma

hora.

O aumento na distribuição dos processos, que passou de 14.045, em 2011, para 18.892, em 2012, foi outra mudança positiva proporcionada pelo novo sistema.

De acordo com a diretora, contribuíram ainda para a efetivação das novas rotinas a garantia de salas específicas para plantonistas e oficiais de justiça, com equipamentos que facilitam a consulta ao processo, e sala específica para videoconferência e audiências.

Funcionalidades – O formato atual do Themis SG – que substitui a versão implantada em 1998 – foi reformulado em interface e funcionalidades. As alterações incluem a geração de relatórios precisos, de forma automática, e dados estatísticos em tempo real da planilha mensal de produtividade enviada ao CNJ pelos gabinetes dos desembargadores.